

Boletim de Pastoral Litúrgica

SECRETARIADO NACIONAL DE LITURGIA

43

JULHO – SETEMBRO
1986

BOLETIM DE PASTORAL LITÚRGICA

Publicação trimestral do Secretariado Nacional de Liturgia

Propriedade da Conferência Episcopal Portuguesa

Director: ANIBAL RAMOS

Redactor: JOSÉ FERREIRA

Administração: Boletim de Pastoral Litúrgica

Seminário de Aveiro — 3800 Aveiro

Telef.: 034 - 22172

Condições de assinatura anual:

	Via normal	Via aérea
Portugal e Países de língua portuguesa	500\$00	650\$00
Outros países estrangeiros	600\$00	700\$00
Este número especial	125\$00	

43

JULHO — SETEMBRO 1986

ANO XI

Apresentação
Papel dos leigos na Liturgia
Encontro Europeu de Liturgia em Lisboa
Encontro Diocesano dos Açores
O Templo e a Arte Sacra Actual
Reunião Nacional de Responsáveis
Diocesanos de Música Sacra
Liturgia e Pastoral da Fé
A Relação «Liturgia-Catequese»

Pierre-Marie Gy

José António Falcão

Composto e Impresso na Tipografia «A Lusitânia» - Aveiro — 1.500 ex.

Este número do Boletim escolheu para tema de fundo um trabalho de Pierre-Marie Gy, O. P., sobre o papel dos leigos na Liturgia e sente-se muito honrado com esta brilhante colaboração do prestigiado Mestre do Instituto Litúrgico de Paris.

A oportunidade deste tema salta aos olhos, quer por si próprio, quer pela sua íntima ligação com a temática do Encontro Nacional deste ano e a do próximo Sinodo dos Bispos.

Não será fácil compreender toda a projecção do artigo de fundo, porque o trabalho foi feito para o Congresso dos Presidentes e Secretários das Comissões Episcopais de Liturgia, efectuado em Roma sob a iniciativa da própria Congregação do Culto Divino, e ainda porque tem como referência permanente os dados do inquérito feito em toda a Igreja para preparar este mesmo Congresso. Mesmo assim, a síntese criteriosa das respostas recebidas e a análise penetrante do Professor dominicano fazem deste trabalho um estudo de grande interesse para a pastoral litúrgica nestes vinte anos de reforma conciliar.

Uma notícia sobre o Encontro Europeu de Liturgia impunha-se pela seriedade e regularidade destes Encontros Europeus, e ainda por ter sido realizado pela primeira vez no nosso País. Além do êxito dos trabalhos, do ambiente fraterno da reunião e do acolhimento carinhoso que foi feito aos participantes, apraz-nos salientar a escolha do tema para o próximo Encontro: A Liturgia e a piedade popular. E foram justamente os participantes do centro da Europa, em que a religiosidade popular tem menor influência na prática cristã, que apresentaram tal proposta!

Não parecerá excessivo o relevo que é dado neste número ao encontro diocesano dos Açores, se tivermos em conta o número de participantes, as características próprias da organização, os problemas que foi preciso resolver e até a colaboração prestada pelo SNL.

Continua a manter-se um artigo dedicado à Arte Sacra e,

com uma notícia desenvolvida sobre a reunião nacional dos responsáveis diocesanos de Música Sacra, pretende-se iniciar uma nova secção, que, por certo, muito virá a enriquecer o nosso Boletim e a interessar os nossos leitores.

Esperamos confiadamente que o Boletim continue a sair com regularidade dentro de cada trimestre, mas não deixamos de reconhecer que este esforço exige muito dos membros do SNL, já sobrecarregados com outras tarefas pastorais, e bem pode constituir um apelo a todos aqueles que, estando preparados para assumir responsabilidades no campo da pastoral litúrgica, ainda não dispuseram de tempo para nos darem a sua necessária e desejada colaboração.

Papel dos Leigos na Liturgia

Viestes com a experiência do trabalho litúrgico feito nos vossos países, dos seus êxitos, das suas dificuldades, dos obstáculos que encontrais no campo pastoral ou, por vezes, no próprio direito da Igreja. Por detrás da experiência que tendes do vosso próprio país, devo colocar o cenário global projectado pelos relatórios lidos conjuntamente. Esta leitura comprova o trabalho imenso que se fez ao longo de vinte anos, que se fez em toda a parte, todos os dias, para que sejam realizados dois dos grandes princípios (**altiora principia**) da reforma litúrgica — estando o segundo estreitamente ligado ao primeiro —, ou seja: a participação activa de todos os baptizados na liturgia, e o desempenho por cada um, padre, diácono ou fiel, do seu próprio papel.

PARTICIPAÇÃO ACTIVA E FUNÇÕES PARTICULARES

Em todo o lado, ou quase, a participação activa entrou nos costumes litúrgicos da Igreja católica, e é necessário fazer um esforço de memória para nos lembrarmos que há somente vinte anos ela era, em larga medida, uma tarefa a realizar e um direito a fazer reconhecer: em suma, o primeiro número do programa da reforma litúrgica conciliar, o primeiro dos princípios de que João XXIII esperava que a Constituição sobre a Liturgia formasse a lista.

A participação activa, agora introduzida nos costumes, desafia-nos, não como um correctivo ou uma antítese, mas como uma

chamada da sua verdadeira profundidade, a não nos esquecermos de que ela deve ser consciente e completa, empenhando uma comunidade feita por pessoas livres e crentes, empenhando também o homem todo, o homem exterior e interior, porque o homem todo é chamado ao louvor, mas que é do coração do homem que nasce o louvor e que é pela fé, esperança e caridade que o homem é teologalmente activo e participa na vida divina.

É na participação activa dos baptizados que as funções peculiares dos leigos na liturgia mergulham as suas raízes, ao mesmo tempo que estas funções são necessárias a uma assembleia litúrgica viva. Participação activa de todos e papéis diferenciados próprios de vários na assembleia eclesial: o papel específico do bispo ou do padre, do diácono, os outros papéis necessários ou convenientes realizam em conjunto o que o Apóstolo Paulo ensina sobre a vitalidade do Corpo eclesial e eucarístico, a eclesiologia fundamental da **Lumen Gentium**, a eclesiologia orante e concreta da **Sacrosanctum Concilium**.

Os princípios eclesiológicos fundamentais desta distribuição de papéis na liturgia, enunciados pela **Sacrosanctum Concilium** e pela **Lumen Gentium**, concretizam-se mais nos **Praenotanda** dos diversos livros litúrgicos, que dedicam sempre um capítulo aos diversos papéis e funções (**officia et munera**) na celebração e à parcela de vida da Igreja ligada a essa celebração: aquilo que faz e tem a fazer toda a comunidade nas diversas categorias dos seus membros, o papel do padre e os outros papéis, de acordo com os artigos 26 e 28 da Constituição conciliar.

OS MINISTÉRIOS DOS LEIGOS SEGUNDO A SACROSANCTUM CONCILIUM

O artigo 26 afirma o princípio no qual se fundamenta toda a minha comunicação: as acções litúrgicas pertencem a todo o Corpo da Igreja, manifestam-no, implicam-no, atingindo porém cada um dos membros de modo diverso, segundo a variedade das ordens (**ordinum**), das funções (**munerum**) e da participação efectiva.

Importa sublinhar aqui a tríplice enumeração: ordens, funções, participação. Primeiro, as ordens: depois que **Ministeria Quaedam** suprimiram as ordens inferiores ao diaconado, trata-se exclusiva-

mente das ordens sacramentais (1). O terceiro termo da enumeração, a participação litúrgica em acto, diz respeito a todos os membros do Corpo de Cristo. Entre os dois, encontram-se as funções (*munera*), que os teólogos têm a precisar como se articulam, por um lado, com os Sacramentos da Iniciação cristã e, por outro, com uma participação no exercício da responsabilidade eclesial, participação esta que é conferida pela Autoridade responsável.

O artigo 28 da Constituição traz um esclarecimento essencial sobre a maneira como estas funções se devem exercer na celebração:

«Nas celebrações litúrgicas, limite-se cada um, ministro ou fiel, exercendo o seu ofício, a fazer tudo e só (*solum et totum id agat*) o que é de sua competência, segundo a natureza do rito e as normas litúrgicas.»

«Tudo e só»: cada um deve desempenhar o seu papel próprio e não invadir o dos outros. Princípio simultaneamente doutrinal e prático, que tem numerosas aplicações.

DIVERSIDADE DE FUNÇÕES NA CELEBRAÇÃO

No que diz respeito a estas concretizações, a mais simples e expressiva é provavelmente a de que o padre celebrante, hoje em dia, ouve qualquer outra pessoa proclamar as primeiras leituras da Missa e recebe dum outro membro do Corpo esta Palavra de Deus.

No questionário da Congregação não era considerada directamente a diversidade das funções na celebração, mas as respostas referiram-na com frequência. Duas observações sobre este assunto.

(1) O Missal restitui à palavra *celebrans* a amplitude que tinha antes da redução operada nos últimos séculos da Idade Média. Em vez de empregar esta palavra sozinha, como intermutável com *sacerdos*, o Missal diz doravante *sacerdos celebrans*, aceituando assim que se o sacerdote celebra a um título específico e inalienável, *in persona Christi*, para o essencial ele não o faz sozinho.

A primeira é que, na prática, a reforma litúrgica levou a uma certa transferência de funções na celebração. Assim, mesmo nos países em que os meios litúrgicos parecem menos desenvolvidos, são mencionados, além dos leitores, aqueles que se encarregam do acolhimento ou que trazem os dons ao ofertório. Em compensação em certos países, o papel dos ajudantes da Missa (**ministrantes**) tem menos importância que outrora, apesar das normas da Instrução do Missal a seu respeito.

A minha segunda observação é que, mesmo sem querer dessacralizar, corre-se o risco de ir de qualquer modo nesta direcção quando se descuida ou subestima a qualidade da celebração, do seu aspecto musical e do seu próprio enquadramento. Tal risco não é exclusivo da nossa época, é de todos os tempos, mas é normal que os cristãos do nosso tempo, que esperam muito da liturgia e da sua reforma, lhe sejam particularmente sensíveis. Uma tal exigência de qualidade religiosa vale para todas as celebrações litúrgicas, para o modo como os padres celebram, para as funções exercidas pelos leigos, para a maneira como estes são preparados para as assumirem.

Para dizer a verdade, no que concerne a esta preparação, a impressão que se colhe dos relatórios é que se fez um grande esforço — de resto, bem necessário — para preparar os leigos para estas funções, e que as Comissões litúrgicas nacionais têm viva consciência quando este esforço não é suficiente.

Estas têm razão: qualquer que seja a situação dos diversos países, impõe-se primeiro, de acordo com a própria natureza das coisas, considerar a liturgia no seu estado teologicamente normal, como o faz o artigo 26 do **Sacrosanctum Concilium**, no qual se articulam conjuntamente na celebração a ordem sacramental, as funções dos leigos e a participação activa de todos. É a partir daí que se pode corresponder correctamente às situações nas quais falta a padre, mesmo se, na realidade, tais situações são muito frequentes, ao menos em certas partes do mundo.

As três perguntas da Congregação sobre as funções dos leigos parecem ter sido pertinentes e bem postas, porque suscitaram uma grande riqueza de respostas do triplo ponto de vista da prática, do modo como é observado o direito litúrgico (ou, segundo os casos, as dificuldades com as quais ele se choca) e, por fim, da maneira como estas funções são recebidas na opinião comum dos fiéis. Importa acrescentar desde já — o que é bom — que frequen-

temente as respostas não se limitam às questões postas e abordam também outras questões, convergindo por vezes vários países ou mesmo vários continentes.

IMPORTÂNCIA DO DIACONADO

Entre os pontos que não vêm no questionário há um que é, de alguma sorte, anterior às questões postas, ou seja, a importância dada ao diaconado nos diversos países. Pelas respostas verifica-se que esta importância varia de país para país, havendo alguns cuja vida litúrgica não comporta a existência de diáconos. Em todo o caso, onde os diáconos são numerosos — nos Estados Unidos há 6.600 — a importância das funções laicais que pertencem não ao carácter orgânico da celebração mas à falta de padres diminui igualmente.

Mas abordar a questão do diaconado a partir da falta de padres seria tão inadequado do ponto de vista teológico e litúrgico como fazer começar as funções dos leigos na liturgia quando os padres são insuficientes. A verdadeira questão consiste em perguntar se, numa visão católica, a natureza da liturgia e de outras funções da Igreja comporta ministérios normalmente diaconais, que a prática mais habitual tenha atribuído aos leigos ou também aos padres. Ai com outras partes vale o convite do artigo 28 da **Sacro-sanctum Concilium** segundo o qual cada um deve fazer — deveria fazer — «tudo e só» o que lhe pertence.

MINISTROS EXTRAORDINÁRIOS DA COMUNHÃO E MINISTROS INSTITUIDOS

Entre as questões postas pela Congregação começarei pela segunda, que trata dos ministros extraordinários da Comunhão. É aqui que convergem mais as respostas.

Verifica-se efectivamente que estes ministérios que, do ponto de vista do direito, é um ministério extraordinário, está actualmente a ser praticado na grande maioria dos países e que, excepto em alguns, é bem acolhido pelo povo cristão. Esclarece-se, por vezes,

que a sua prática existe em quase todas as paróquias. Indica-se, com frequência, que ele favorece muito a comunhão dos doentes.

Não se fica a saber se aqueles que distribuem a comunhão o fazem por uma deputação de facto, repetida eventualmente, ou a título de ministros extraordinários propriamente ditos, ou porque foram instituídos acólitos. Ao que parece, este último caso é o menos frequente.

É claro que se põe aqui um problema mais geral. Os relatórios mencionam diversas dificuldades a este respeito. A primeira — pensa-se — é que só o Bispo pode conferir os ministérios instituídos: isto não é exacto, já que o Bispo pode delegar para tal efeito um padre da sua diocese.

Em segundo lugar, há países em que os Bispos não acham possível desenvolver os mistérios instituídos se estes são reservados aos leigos do sexo masculino.

Por último, refere-se uma dificuldade, talvez transitória, devida ao facto de que se continua a projectar sobre estes ministérios a antiga imagem clerical das ordens menores.

Sejam quais forem os diferentes aspectos deste problema, é provável que este amadurecerá, não por uma insistência voluntarista sobre o rito da instituição, mas porque se fará que sejam vividos na sua nobreza crente e espiritual pelos leigos e quiçá, primeiro, por nós, padres, o acto de ler e de fazer escutar a Palavra de Deus na assembleia eclesial, e aquele pelo qual o Santíssimo Corpo e o Preciosíssimo Sangue de Jesus Cristo são entregues e recebidos com uma fé adorante: o Amen interior do ministro deve ser proporcionado ao que se espera da boca e do coração do comungante.

AS CELEBRAÇÕES DOMINICAIS SEM PADRE

A presidência pelos leigos do baptismo, casamento (na qualidade de testemunhas qualificadas, como diz o direito), funerais, celebrações da Palavra e assembleias dominicais sem padre põe uma série de problemas distintos sob diversos aspectos. Numa primeira abordagem, parece que tal prática é frequente sobretudo na assembleia dominical, e que é mesmo de alguma sorte tradicional nos países em que, desde há muito, os cristãos se dispersa-

ram por um vasto território com escassez de padres: que semelhante costume é bastante frequente, em iguais circunstâncias, nos funerais, mas que até ao presente ficou, como regra, totalmente excepcional no baptismo ou no casamento, apesar das possibilidades oferecidas pelo ritual do baptismo ou pelo direito canónico: aqui as reticências parecem vir mais do fiéis do que da disciplina da Igreja.

Examinemos mais de perto estas diversas questões.

O questionário da Congregação menciona aqui, de maneira distinta, as celebrações da Palavra, por um lado, e as celebrações dominicais sem padre, por outro lado. A julgar pelas respostas, não se vê claramente se, de facto, as primeiras existem de maneira notável independentemente das segundas. Tal questão teria em si mesma uma certa importância, tanto do ponto de vista da vitalidade espiritual da devoção à Palavra de Deus como porque o estatuto da Igreja e da presidência laical numa celebração deste género não é o mesmo da celebração dominical. Ao domingo, não se convoca necessariamente toda a assembleia dominical, e pertence por direito ao ministério sacerdotal presidir-lhe. Inclinar-me-ia, pelo contrário, a pensar que, de si, a celebração da Palavra assemelha-se-ia mais àquilo que o Ofício dos monges pôde ser antes que lhe fosse conferido um estatuto litúrgico propriamente dito, numa época em que este era, por assim dizer, a oração espontânea dum grupo de base com carácter monástico.

Mas, para voltar às celebrações dominicais sem padre, poderíamos sublinhar com razão um outro aspecto da sua situação actual, a saber: que elas não são regidas em geral por regras litúrgicas rigorosas, nem incluídas pelo direito canónico no preceito dominical. Diria que elas são potencialmente litúrgicas no sentido de que o Bispo pode — penso que ninguém tem dúvidas a tal respeito — estabelecer normas sobre o seu desenvolvimento, sobre a maneira como elas são presididas e sobre a participação nestas nos lugares em que se não pode celebrar a Missa dominical. As respostas ao questionário fazem alusão a circunstâncias deste tipo.

Embora se não tenha perguntado sobre a maneira como decorrem as celebrações dominicais sem padre, são evocados alguns aspectos como, por exemplo, o facto de que, em muitos países, elas incluem a Comunhão eucarística, o que parece corresponder ao desejo do povo fiel, enquanto um ou outro relatório manifesta reticências a este respeito. Se me é lícito exprimir uma opinião

pessoal a este propósito, diria que em qualquer hipótese não se me afigura possível impedir os fiéis de comungarem ao domingo.

O facto de que se hesita, aqui ou além, em deixar distribuir a Comunhão nas celebrações dominicais sem padre pode provir de que alguns se interrogam sobre se esta maneira de agir não correria o risco de contentar os fiéis, de modo injustificado, quando, por falta de padre, lhes falta o sacrifício eucarístico. Dum ponto de vista católico, não se pode considerar normal, de modo algum, que uma comunidade local seja habitualmente privada da Missa; não é a Eucaristia que faz a Igreja, não só enquanto é Comunhão recebida, mas enquanto é acção celebrada? A este respeito, tenho ouvido dizer que, em certas regiões rurais da África, nos principais dias de festa, os fiéis percorrem longas distâncias a fim de se reunirem todos para a Missa. Que exemplo! Ai, efectivamente, a Eucaristia faz a Igreja.

Voltando à celebração dominical sem padre, o seu sucesso está em responder a uma necessidade puramente prática que lhe faz evitar os obstáculos duma certa fragilidade teórica. A este respeito, jamais será possível ver nela uma solução plenamente satisfatória para as necessidades da Igreja, e é verdadeiramente desejável, como no caso africano que referi, que ela seja acompanhada dum esforço real para a Missa, tanto por parte dos fiéis como por parte dos padres.

É necessário que, numa dada comunidade sem padre nem diácono, a celebração dominical seja presidida sempre pelo mesmo ou, pelo contrário, pelos membros duma equipa cada um por sua vez? Esta questão parece ser sentida diversamente segundo os lugares e não é talvez necessário que ela receba em toda a parte a mesma resposta. O mesmo acontece no que se refere à maneira como é feita a homilia e cujo conteúdo, em certos locais, é comunicado *in scriptis* pelo padre ou preparado localmente. De qualquer modo, incumbe aos bispos e aos padres uma dupla responsabilidade: dum lado, designadamente pela formação dos leigos e, sendo necessário, por directrizes flexíveis e documentos que ajudem a celebração, fazer com que esta seja adaptada às necessidades locais; por outro lado, velar por que a celebração sem padre e o seu estilo se articulem verdadeiramente com a celebração da Missa e que não se formem dois tipos de participação, difíceis de comunicar entre si.

OUTRAS FUNÇÕES DE PRESIDÊNCIA

Quando se reflecte na presidência do baptismo, do casamento e dos funerais por parte dos leigos, é preciso ter em conta não só a disciplina canónica e litúrgica que regula cada categoria de casos, mas também a expectativa dos fiéis e aquilo a que eu chamaria a unidade sintética da pastoral sacramental. O facto de ser disciplinadamente correcto confiar a um leigo a presidência duma acção sacramental ou litúrgica não prova também que isto seja pastoralmente oportuno em relação à expectativa de diversas categorias de fiéis ou às suas disposições. Acrescento que, num país como a França, a preparação do casamento, do baptismo e dos funerais oferece ao padre e àqueles que colaboram com ele a mais ampla oportunidade de encontrar os baptizados, e que dificilmente se poderia encontrar outra para lhes falar de Jesus Cristo e do Evangelho.

Mas, entre a disciplina e a oportunidade pastoral, eu queria fazer duas observações teológicas que dizem respeito, uma à importância das diversas acções sacramentais e litúrgicas no interior de uma visão global, e outra ao equilíbrio do ministério do padre. Graças a séculos de trabalho teológico e de desenvolvimento dogmático, nós dispomos hoje de distinções precisas sobre o que é sacramental e aquilo que o não é, sobre as acções sacramentais que exigem um padre e aquelas para as quais a presença dum padre não é indispensável. Mas é preciso acautelar que a distinção entre as acções sacramentais e as outras acções litúrgicas não seja o meio adequado para o pastor discernir o grau de importância dos diferentes actos do seu ministério. É assim que o ano litúrgico, com os seus tempos e as suas festas, não sendo um sacramento, é contudo de primeira importância na vida da Igreja. É assim igualmente que os funerais, não estando, do ponto de vista sacramental, no mesmo plano dos sete sacramentos, têm, na fé e na oração dos cristãos, uma relação essencial com o próprio núcleo da Boa Nova evangélica, a que a teologia moderna chama o Kerigma da ressurreição de Jesus e da nossa. Donde a importância dos funerais no nosso ministério de evangelização e da introdução pela liturgia no mistério da comunhão com Deus, aquilo a que os Padres da Igreja chamavam *mistagogia*.

É preciso também ter em conta — o que por vezes não deixa

de ser delicado — o equilíbrio global do nosso ministério. Para dar apenas um exemplo, numa paróquia urbana com um grande hospital e numerosos enterros, é provavelmente importante que os padres não se deixem absorver de modo exclusivo por este ministério e reservem uma parte do seu tempo para outras funções, como a catequese das crianças. E fazer apelo, neste caso, à ajuda dos diáconos e de certos leigos.

Ou ainda, no que se refere ao baptismo, — ministério de que a doutrina da Igreja desde longa data tem acentuado a urgência para a salvação das crianças —, nós vemos melhor hoje em dia, graças ao Concílio e talvez também graças ao diálogo ecuménico, que se há-de pôr igualmente em relevo o aspecto eclesial do sacramento e que, deste ponto de vista, o papel do padre pode contribuir para manifestar que o baptismo incorpora um novo membro na comunidade eclesial.

Uma vez resolvidas as questões da oportunidade teológica ou pastoral, o pormenor do desenvolvimento da celebração está previsto nos livros litúrgicos. Num ponto concreto, pode ser útil precisar. No rito do casamento, a grande oração da bênção nupcial é, na minha opinião, uma bênção especificamente sacerdotal, e haverá portanto que a omitir quando é um leigo que preside à celebração do casamento.

Além do que se refere à presidência dos leigos na celebração do baptismo, do casamento e dos funerais, certo número de relatórios interroga a Congregação acerca da possibilidade da Unção sacramental dos doentes ser feita pelos diáconos e mesmo pelos leigos. Tal questão interessa naturalmente à Congregação do Culto divino, mas pertence também — e sobretudo — à competência da Congregação da Doutrina da Fé. Como se sabe, o Código de 1917 e o de 1983 precisam que o padre é o ministro exclusivo da Unção, e um cânon do Concílio de Trento dizia que ele era o ministro próprio. Em sentido oposto, invoca-se o antigo uso, praticado por exemplo em Roma, segundo o qual os leigos podiam levar aos seus doentes o óleo benzido pelo Bispo. Supondo legítimo projectar a definição tridentina para um estado muito mais antigo da prática, poderia dizer-se que a Igreja conheceu, pelo menos durante vários séculos, o uso do Óleo do sacramento dos doentes pelos leigos, não sendo certo que tal uso tenha sido sacramental.

AS MULHERES E AS FUNÇÕES LITÚRGICAS

A última questão posta pela Congregação é a dos ministérios femininos. Foi manifesto, várias vezes, ao longo deste ano, que a Congregação tinha advertido na importância deste problema em diversos países, e estava desejosa de considerar todos os seus aspectos. Através das respostas, pode agora fazer-se uma ideia da diversidade das situações. Ao que parece, há um certo número de países em que, até ao presente, não se fez nenhuma reivindicação em favor dos ministérios femininos. Por outro lado, há alguns países nos quais o problema dos ministérios femininos é um problema quente, e não só para os ministérios instituídos. Entre os dois, exprime-se a opinião segundo a qual a exclusão das mulheres do acesso aos ministérios instituídos torna muito difícil a aplicação de **Ministéria Quáedam**.

Em toda a parte, a nível mundial, as mulheres prestam grandes serviços à liturgia, mas é certo que elas o fazem numa grande diversidade de situações culturais.

PIERRE-MARIE GY, O.P.

Encontro Europeu de Liturgia em Lisboa

Os Encontros Europeus dos Secretários Nacionais de Liturgia constituem um acontecimento pós-conciliar neste nosso velho Continente, não só pela troca de experiências que proporcionam no campo da pastoral litúrgica, como também pela seriedade da sua preparação e a eficácia e o êxito das suas realizações, sem esquecer o ambiente fraterno em que decorrem e até a partilha de bens a que por vezes dão ensejo.

Fazem-se, como regra, de dois em dois anos e denotam uma regularidade e persistência que só tem explicação no reconhecimento da sua utilidade por parte dos seus participantes, que também são oriundos do Leste europeu.

Conhecedores da sua boa organização, observadores de outros Continentes são admitidos a presenciar os seus trabalhos quando se mostram interessados e requerem a sua participação.

A própria Congregação do Culto Divino segue com interesse estas iniciativas e costuma estar representada nos Encontros, ultimamente através de Mons. Piero Marini, actual sub-secretário da Congregação.

O oitavo e último Encontro realizou-se em Lisboa, de 26 a 31 de Maio passado, e teve por temática os leigos na Liturgia.

O **Bureau** que promove os Encontros tem um presidente, três representantes das três línguas oficiais — alemã, francesa e inglesa — um representante da Europa meridional e outro da Europa oriental ou setentrional. Além destes que são eleitos pelos seus colegas da mesma língua ou do mesmo grupo, há um secretário, que em geral está ligado aos Institutos Litúrgicos de Paris, na França, ou de Trier, na Alemanha.

Para o Encontro de Lisboa o **Bureau** reuniu-se três vezes: em Trier, Munique e Paris, sucessivamente.

O **Bureau** confirmou o lugar (Lisboa) e a data (última semana de Maio) propostos no último Encontro, que foi realizado em Dublin há dois anos, e escolheu o tema: O papel dos leigos na liturgia e na pastoral sacramental.

As razões desta escolha foram as seguintes:

Um dos capítulos importantes do Congresso dos presidentes e secretários nacionais de Liturgia efectuado no Vaticano em Outubro de 1984 foi: «Os leigos na Liturgia».

— O próximo sínodo episcopal terá por tema: «Os leigos na Igreja e no mundo».

— Será necessário estudar sob este aspecto o novo Código de Direito Canónico.

A fim de preparar convenientemente o Encontro de Lisboa o **Bureau** decidiu fazer um inquérito e sugeriu que este fosse estudado também pelas Comissões episcopais de Liturgia.

Este inquérito previa quatro séries de questões:

1. Os motivos pelos quais os leigos assumem responsabilidades na pastoral sacramental e litúrgica; 2. Inventário das diversas funções que os leigos desempenham; 3. Condições de exercício das funções assumidas; 4. Questões a estudar prioritariamente, questões não apresentadas no inquérito e questões postas especialmente aos teólogos.

Estudadas as respostas, o **Bureau** resolveu seleccionar as 13 questões mais importantes e repartiu entre os seus membros o cuidado de as apresentar para depois serem estudadas com mais facilidade em Lisboa.

Cada uma destas questões seleccionados deveria incluir, em duas ou três folhas apenas, uma breve introdução, uma síntese das respostas, os problemas que se põem e a reflexão de um teólogo.

Estas 13 sínteses foram estudadas em Lisboa pelos quatro grupos presentes e depois postas em comum nos plenários que se seguiam a cada trabalho de grupo.

Cada país da Europa apresentava a sua própria situação, que em geral não se confunde com a dos outros países. Daí o interesse e a riqueza desta partilha.

Assim, o que se passa na Grécia — país com 40.000 católicos em maioria ortodoxa — não tem qualquer comparação com o que se passa em Portugal, Espanha ou Itália — países de secular tradição católica.

O trabalho do Encontro não foi, porém, puramente informativo e prático, porque a Teologia esteve presente na francesa Monique Brulin, que não deixou de intervir no momento próprio para precisar os aspectos teológicos à medida que os problemas iam surgindo e necessitavam de uma iluminação teológica.

Os elementos recolhidos, que dão um panorama objectivo da situação dos leigos na Liturgia em quase toda a Europa, vão ser enviados às entidades nacionais mais responsáveis e deverão contribuir, dentro da sua área, para o próximo Sínodo dos Bispos, cuja temática abrange justamente os leigos na Igreja e no mundo.

Na última sessão, elegeram-se os membros do novo **Bureau** coordenador, que vai organizar o próximo Encontro. Esta eleição recaiu nos representantes da França, pela língua francesa; da Inglaterra, pela língua inglesa; da Alemanha Federal, pela língua alemã; de Portugal, pela Europa meridional; e da Jugoslávia, pelos países do Leste europeu. Foi eleito para presidente deste grupo coordenador Gaston Savornin, da França, que de resto já ocupava este cargo.

Não deixa de se revestir de particular importância para os países de tradição católica, como o nosso, a temática que foi sugerida pelos países do centro europeu e veio a recolher a maioria de votos: **a Liturgia e a piedade popular.**

Esteve presente em várias sessões e presidiu à celebração eucarística do último dia D. Albino Cleto, que representava o Conselho das Conferências Episcopais da Europa e, como tal, dirigiu palavras de estímulo aos participantes e mostrou o maior interesse pelas conclusões do Encontro.

Passou também umas horas de convívio com os secretários europeus o Sr. D. António Ribeiro, Cardeal-Patriarca de Lisboa, que acolheu os hóspedes europeus em nome da Diocese lisiponense e manifestou o seu apreço pelos trabalhos em curso.

No único dia livre do Encontro e em três noites da semana puderam os secretários europeus peregrinar até Fátima, onde concelebraram a Eucaristia no dia do Corpo e Sangue de Cristo, e depois visitar o convento da Batalha, o mosteiro de Alcobaça, o sítio e a praia da Nazaré.

Em Lisboa, foi-lhes proporcionado apreciar o mosteiro dos Jerónimos, a Sé com o seu tesouro, e o Castelo de S. Jorge, onde tiveram uma recepção oferecida pela Câmara Municipal.

Estiveram presentes os seguintes países: Alemanha Federal, Áustria, Bélgica, Escócia, Espanha, França, Grécia, Holanda, Inglaterra, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Jugoslávia, Polónia, Portugal, Suíça e Vaticano.

Não deixa de constituir motivo de satisfação para o nosso País, tão mal conhecido na Europa e no mundo, verificar a surpresa e a admiração dos secretários europeus perante a beleza das nossas paisagens, a arte dos nossos monumentos, a antiguidade da nossa história, a fé e a bondade do nosso povo, que os acolheu com requintes de hospitalidade e carinho.

Encontro Diocesano dos Açores

De todos os Encontros diocesanos de pastoral litúrgica efectuados até hoje com a colaboração deste SNL, nenhum se pode comparar com o que se realizou nos Açores, de 30 de Junho a 18 de Julho pp..

Primeiro, porque este encontro foi preparado ao longo de dois anos; segundo, porque teve a participação de cerca de 800 pessoas, entre padres (118), religiosas (117), leigos (520) e seminaristas (36); terceiro, porque Bispo e sacerdotes se empenharam seriamente para que este encontro constituísse um ponto alto nas celebrações jubilares dos 450 anos da diocese açoriana de Angra do Heroísmo, como dissemos no último número deste boletim.

O próprio SNL deu toda a colaboração de que podia dispor deslocando-se na quase totalidade dos seus membros: P. Dr. Luís Ribeiro de Oliveira, que tratou de **A Liturgia-momento da História da Salvação**, e de **A Liturgia no contexto da Pastoral**; Cón. José Ferreira, que tratou de **A Liturgia-celebração do Mistério Pascal** e de **A Estrutura da celebração: Palavra e Rito**; Mons. Aníbal Ramos, que tratou de **Os ministérios na Liturgia**; P. Dr. José de Leão Cordeiro, que tratou da **Assembleia Celebrante** e de **A Celebração Eucarística na Liturgia**; Cón. Dr. António Ferreira dos Santos, que tratou de **A Música na celebração litúrgica**.

Como faz parte da metodologia habitual deste SNL, as celebrações litúrgicas dos três encontros, que tiveram lugar, respectivamente, em Angra, Ponta Delgada e Horta, foram objecto de especial preparação, desde a criação de algumas músicas próprias aos ensaios adequados e ao cuidado posto na própria celebração, que foi quase sempre presidida pelo Senhor D. Aurélio

Granada Escudeiro, Bispo da diocese. Deve reconhecer-se que o Senhor D. Aurélio rodeou a preparação e a execução deste tríplice encontro de uma atenção e dum empenhamento muito particulares e soube cercar-se de bons e sacrificados colaboradores. Os membros deste SNL que se deslocaram aos Açores não podem deixar de sentir uma imensa gratidão por todas as gentilezas com que foram distinguidos, quer por parte do Bispo, quer por parte do clero, das religiosas e dos leigos que participaram nestas três semanas de trabalho intenso, mas consolador e alegre.

A semana de Angra, que foi a primeira a realizar-se, terminou, com as seguintes conclusões:

1 — Promover a formação dos grupos corais a nível técnico, litúrgico e espiritual. 2 — Promover a formação, a nível técnico, litúrgico e espiritual, doutros grupos ou pessoas em destaque na celebração, como sejam: acólitos, leitores, salmistas, organistas e mesma a equipa de ornamentação. 3 — Proceder a uma escolha criteriosa das músicas litúrgicas, respeitando o que canonicamente está determinado e consultando, sempre que necessário, a comissão diocesana de música litúrgica. 4 — Realizar um encontro de directores de grupos corais, no início de cada tempo litúrgico, para uma reflexão e explanação das músicas adequadas ao respectivo tempo. 5 — Realizar, de vez em quando, encontros de grupos corais para aprofundar a formação dos seus membros. 6 — A totalidade da comunidade é celebrante; por isso, toda ela deve participar, quando possível, no canto embora o grupo coral tenha lugar importante. 7 — Incrementar a formação bíblica como meio de melhor integração no conhecimento e vivência da liturgia. 8 — Sempre que possível, promover a celebração solene de Laudes e Vésperas, nomeadamente em actividades comunitárias, como retiros de padres, religiosos e leigos, e também nas paróquias, depois de conveniente preparação. 9 — Onde seja possível, começar já a promover a existência dum director de assembleia que possa dinamizar a participação da mesma nas celebrações litúrgicas. 10 — Tudo isto será possível na medida em que se fizer uma adaptada e profunda mentalização do povo e houver o empenhamento dos sacerdotes.

A semana de Ponta Delgada, por sua vez, apresentou as seguintes propostas:

1 — Que nas reuniões de ouvidoria o clero se preocupe com uma certa unidade nas celebrações litúrgicas. 2 — Convidar o senhor Cónego Ferreira dos Santos, no início do ano pastoral (Outubro ou Novembro), num fim-de-semana, para se deslocar a esta Ilha, a fim de se reunir com os elementos dos grupos corais de toda a Ilha para um trabalho de mentalização, pois que uma parte desses elementos não pôde participar nesta Semana. Todas as despesas inerentes a esta deslocação ficarão a cargo de todas as paróquias que estiverem interessadas nesse trabalho. 3. — Formação de equipas litúrgicas a nível de ouvidoria, sendo o responsável por essas mesmas equipas o Ouvidor, pois é ele o principal animador de toda a Pastoral de Zona, podendo, todavia, delegar esse cargo noutra pessoa que possua as necessárias qualidades: clérigo, religiosa ou leigo. 4 — Responsabilizar as comunidades das religiosas a incrementar a recitação de Vésperas aos domingos na igreja de paróquia ou paróquias onde estejam sediadas, para que, com o seu testemunho, ajudem a educar o Povo de Deus, sensibilizando-o para a oração da Igreja. 5 — Responsabilizar os grupos corais que têm a seu cargo a Celebração Eucarística transmitida pela Televisão para uma cuidadosa selecção de cânticos, pois será este, sem dúvida, um dos grandes meios para educar o povo na música litúrgica.

Com esta proposta de conclusões o grupo não teve em mente responsabilizar uns quantos para aliviar outros, mas sim corresponsabilizar todos, de acordo com os diversos carismas recebidos.

Apesar do programa exigente, que se iniciava às 9 e se prolongava até às 19 horas, ainda ficou algum tempo disponível para que os membros do SNL pudessem ver e admirar, o mais possível, as belezas surpreendentes das quatro ilhas (Terceira, São Miguel, Faial e Pico) em que estiveram. E, quantas vezes, se não viram extasiados perante as maravilhas inconfundíveis da Lagoa das Sete Cidades, das Furnas, da Lagoa do Fogo — em São Miguel; dos monumentos históricos e religiosos, do Monte de Santa Bárbara, dos cerrados verdejantes, das caldeiras e mistérios, das praias e ribeiras — na Terceira; da beleza da Horta, desde a Ponta da Espalamaca até ao Monte da Guia, dos morros, recortes, ilhéus, restos de vulcões, capelinhos e crateras, campos engalanados de hortênsias, verdes pastagens com vaquínhas em abundância — no Faial; e, por fim, do majestoso Pico, com os seus 2.351 metros de altura, e o cachecol de núvens que nunca largam a grandeza do seu cume

que sobressai, impante, a dominar a terra, o mar e a própria atmosfera — na ilha do Pico.

Não admira pois, que, num ambiente tão agradável e elevado e perante belezas tão espectaculares, aparecessem as musas aladas a inspirar poetas e músicos e a dar palavra e melodia à voz muda da natureza...

Reunião Nacional de Responsáveis Diocesanos de Música Sacra

No dia vinte e quatro de Julho pp., teve lugar, nas instalações da Casa de Nossa Senhora do Carmo, Santuário de Fátima, a segunda reunião de Responsáveis diocesanos de Música Sacra.

Esta reunião, convocada pelo Secretariado Nacional de Liturgia, contou com a presença de onze Dioceses, nomeadamente, Beja, Braga, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Orientou os trabalhos o Dr. António Ferreira dos Santos, na qualidade de elemento efectivo do Secretariado Nacional de Liturgia.

Depois de cantado o *Veni Creator Spiritus*, o Dr. Ferreira dos Santos saudou os presentes e congratulou-se pela resposta generosa de todos. Disse que Mons. Aníbal Ramos, director do Secretariado Nacional de Liturgia, só por razões de força maior não estava presente fisicamente, mas que augurava a esta reunião o melhor êxito.

Lembrou que a reunião era importante, que todos deveriam participar o mais possível, e que tudo quanto ali fosse dito deveria depois ser aprovado pelo Secretariado Nacional de Liturgia do qual todas as actividades oficiais sobre Música Litúrgica deverão ficar a depender.

Conforme a agenda, «LITURGIA E MÚSICA» foi o tema desenvolvido pelo Dr. Ferreira dos Santos, que traçou as linhas gerais da relação entre Liturgia e Música, as características de uma e outra, ao mesmo tempo que a sua interdependência. Feita uma espécie de ponto da situação, não deixou de recordar a constante

onda de desvios que a Música Litúrgica tem sofrido ao longo da história, permanentemente ameaçada pelas influências da música da moda e por uma mentalidade que leva a considerar a música um luxo de que a liturgia poderia e deveria prescindir. Apontados alguns desvios de ordem pastoral conduzidos ou provocados por perspectivas defensoras do fácil, do demasiado «acessível» e, até, por uma certa demagogia; tendo presentes sempre as orientações e princípios da Constituição SACROSSANCTUM CONCILIUM e Instrução MUSICAM SACRAM, o Dr. Ferreira dos Santos apontou e desenvolveu as características da Música Litúrgica: Santidade, Eclesialidade, Universalidade, Perfeição de forma, Funcionalidade simbólica e Progressividade, ao mesmo tempo que definiu as diversas formas de Música Litúrgica: Aclamações, Hinos, Hino Aclamação, Diálogos, Orações, etc.

À apresentação deste tema seguiu-se um período de debate em que se notou, em jeito de reflexão, um conjunto de situações que demonstraram um considerável esquecimento ou ignorância destes princípios. Sobressaiu, para além de tudo, um conjunto de dados que seriam objecto de discussão no dia seguinte: a grande dificuldade dos Párocos em colaborar, por falta de formação ou até motivação e uma deficiente relação entre os Párocos e os grupos empenhados na vida pastoral e litúrgica; por outro lado foi notória, logo, a urgente necessidade de uma uniformidade de critérios e unidade quanto ao conceito de música o que se conseguiria pela existência do Cantoral Litúrgico Nacional.

Monsenhor José Fernandes da Silva foi encarregado de expor o segundo tema da tarde. Depois de um curto intervalo, foi então apresentado o tema «OS MINISTÉRIOS DA MÚSICA LITÚRGICA» no qual se definiram os diversos ministérios, com a consequente separação e definição de atribuições, qualidades, características e interrelacionamento em ordem à acção litúrgica. Salmista, Cantor, Organista e Animador da Assembleia foram assim tratados, conferindo-se a este último um papel de supervisor na acção litúrgica e orientador da respectiva preparação. Este tema foi bastante debatido até por uma certa ambiguidade que é já patente nos próprios documentos da Igreja. Insistiu-se na necessidade de valorizar estes ministérios por meio de uma **instituição** a fazer pelos Bispos tal como acontece com o ministério de leitor e acólito, aliás a exemplo do que já vai sucedendo em alguns países.

Falou-se ainda na grande importância do exemplo de vida a

dar pelos ministros da música litúrgica, as qualidades humanas e cristãs, a preparação técnica dos mesmos e a sua relação com os Párocos. Para estes últimos se exige uma preparação que deverá começar no Seminário, em moldes a estabelecer no dia seguinte e em outras formas de formação permanente.

O primeiro dia de trabalhos encerrou-se com a celebração da Missa com Vésperas inseridas.

No dia seguinte, o tema principal era a constituição, organização, objectivos e atribuições de um Serviço Nacional de Música Litúrgica. Iniciaram-se os trabalhos pelas nove horas e trinta minutos, depois do Canto de Laudes.

O moderador, Dr. Ferreira dos Santos, propôs uma ordem de trabalhos para o dia. Foi aceite por todos. Optou-se por uma definição prévia dos objectivos que ficaram mais ou menos concretizados assim:

Objectivos gerais:

CRIAR nas Dioceses uma mentalidade musical litúrgica;

DEFINIR critérios de selecção de cânticos litúrgicos de acordo com o já proposto pelo Secretariado Nacional de Liturgia;

DAR apoio técnico às Comissões diocesanas de Música Litúrgica, caso este seja solicitado, salvaguardando naturalmente a autonomia das dioceses.

Como **objectivos específicos** e numa linha de concretização do que já foi exposto, apontou-se o seguinte:

AVANÇAR imediatamente com o Cantoral Nacional a organizar possivelmente em função dos tempos litúrgicos, a aparecer já em corpo, embora em sistema de fichas de modo a permitir uma permanente actualização ou enriquecimento. Dos aspectos técnicos se encarregou já o Mons. Fernandes da Silva. Este Cantoral será apresentado como ponto de referência e proposta de base sobre a música litúrgica a usar pelas Dioceses, quer quanto a qualidade quer quanto ao carácter litúrgico da música a usar e até a compor.

INVESTIR na formação musical e litúrgica dos Sacerdotes a começar pelos Seminários. Para tal manifestou-se o desejo de propor à Conferência Episcopal um programa de formação musical e litúrgica a levar a efeito nos Seminários e a incluir obrigatoriamente nos respectivos programas de estudos. Este Serviço Nacional se encarregaria da elaboração de tal programa que insistirá quer na parte de solfejo quer na história da Música, Liturgia, Canto Gregoriano e Música Litúrgica propriamente dita. Para tal, insistiu-se

na criação ou recriação de uma **praxis musical** e litúrgica nos Seminários, para o que se pede o total compromisso e apoio das equipas directivas dos Seminários.

Neste sentido, resolveu-se pedir ao senhor D. Albino Cleto, presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, o favor de intervir na reunião próxima de responsáveis dos Seminários. Este Serviço dará o respectivo apoio técnico. Propôs a criação da Semana Nacional de Música Litúrgica orientada para a formação técnica e litúrgica, fomentar o aproveitamento de cursos de reciclagem para uma formação dos Sacerdotes e uma praxis celebrativa que seja também formativa. Foi pedido que no próximo Encontro Nacional de Liturgia, a levar a efeito em Setembro próximo, se inclua já um tempo exclusivamente destinado a Sacerdotes para a prática dos cantos do Celebrante e outros aspectos do seu interesse.

CRIAR no **Boletim de Pastoral Litúrgica**, com a anuência do Secretariado Nacional, a **secção de Música Litúrgica** que incluirá notícias, indicações de edições, aspectos formativos, documentos e outros subsídios de interesse neste âmbito.

CRIAR um Instituto Nacional de Música Sacra logo que possível.

FOMENTAR ou **INCENTIVAR** a criação das Comissões Diocesanas de Música Sacra como núcleo activo na dinamização das Dioceses e com a inclusão de leigos, se possível. Para tal se poderá aproveitar mesmo a formação técnica das Escolas locais. Este trabalho joderá ser realizado nomeadamente através da acção do Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia e do Secretariado Nacional de Liturgia.

ESTABELECER critérios de actuação e intervir no que respeita à acção dos Meios de Comunicação Social face à Liturgia. A este respeito informou-se que há melhorias.

Finalmente, foi manifestado por todos o interesse de que esta Reunião de Responsáveis Diocesanos se venha a efectuar com uma periodicidade bienal (de dois em dois anos). Incluiria sempre uma parte formativa para o que contará com a colaboração de pessoas especializadas, de acordo com o tema escolhido, ao mesmo tempo que contará com uma espécie de apresentação do relatório de actividades e planos futuros.

No sentido de um Serviço Permanente de Música Litúrgica que possa prosseguir os objectivos aqui propostos, os presentes estão de acordo em que se constitua um **SERVIÇO NACIONAL DE**

MÚSICA SACRA, no quadro da organização nacional da Pastoral, com uma Comissão Executiva, em ligação total com o Secretariado Nacional de Liturgia e a Comissão Episcopal de Liturgia. Entretanto, chegou o Senhor D. Albino Cleto e, na qualidade de Presidente da Comissão Episcopal de Liturgia, designou o Dr. António Ferreira dos Santos como Presidente deste Serviço, o qual, dentro dos critérios de funcionalidade, competência e representatividade, deverá escolher a curto prazo os seus colaboradores. Este prazo foi-lhe concedido para salvaguardar uma liberdade e reflexão que na presente reunião não seriam possíveis — opinião unanimemente aprovada.

O Senhor D. Albino, posto ao corrente dos trabalhos e conclusões apontadas, deu-nos uma panorâmica dos problemas existentes no campo da formação do Clero bem como da articulação dos Serviços Diocesanos, com características diversificadas de lugar para lugar; falou e insistiu na urgência de algo de concreto neste campo da Música Litúrgica e congratulou-se com o propósito de finalmente se avançar com o Cantoral Nacional. (Ficou por decidir se se apresentará ou não no próximo Encontro Nacional de Liturgia um plano do mesmo). Encarregou-se de transmitir no Encontro de Responsáveis dos Seminários os propósitos e solicitações acima apontados no respeitante à formação musical dos Seminaristas e pediu uma certa maleabilidade no Programa, a elaborar pelo Serviço Nacional, de acordo com a diversidade de situações existentes.

O Senhor D. António Francisco, Bispo de Santarém e Vogal da Comissão Episcopal de Liturgia, esteve presente na parte final dos trabalhos.

O Dr. Ferreira dos Santos, depois de ter agradecido aos Senhores Bispos a presença e as palavras, e de se ter regozijado com a forma positiva e tão frutuosa do Encontro, encerrou os trabalhos.

O Templo e a Arte Sacra actual

ALGUMAS REFLEXÕES

«Procurem (...) os artífices dar alma à forma e à maneira em que trabalham, de que a casa de Deus seja diferente da casa comum, na simplicidade das linhas, guardando a forma tradicional cristã e as linhas de arte sacra».

COMISSÃO DIOCESANA DE ARTE SACRA, **Normas para a expansão e conservação da Arte Sacra na Arquidiocese de Évora**, Évora, 1973, pp. 7-8.

I

As profundas medidas de renovação litúrgica e artística propugnadas pelo Concílio Vaticano II tiveram como resultado — entre outros de amplo alcance — a transição para um plano secundário da magnificência do templo e, por conseguinte, a correcta limitação de quaisquer derivações de carácter monumental ou ostentoso. Poder-se-ia pensar que o trabalho dos autores da arte sacra passou a ser tido, a partir daqui, como algo predominantemente técnico, utilitário, senão mesmo subalterno. Assim o fizeram e fazem ainda outros tantos.

Tal visão simplista revela um equívoco e não se coaduna em absoluto com o autêntico espírito conciliar, há que repeti-lo bem alto. E há que salientar, também, que é desmentida peremptoriamente por numerosas realizações de valia que surgiram no espaço de tempo que medeia aquele notável acontecimento da história da Igreja contemporânea e os nossos dias.

Na verdade, continua actuante e inquietador um outro apelo de grande complexidade, sempre vigente na evolução da arte

sacra e representado pelos padres conciliares — a procura da beleza nobre e perene do Espírito. Lê-se na Constituição sobre a Sagrada Liturgia:

«Ao promoverem uma autêntica arte sacra, prefiram os Ordinários à mera sumptuosidade uma beleza que seja nobre (1)».

Deve residir nesta busca o serviço da arte do Povo de Deus, contributo de profundidade religiosa e homenagem humana ao Senhor, vinculados por caminhos que não têm necessariamente que acertar com o luxo e a riqueza. Trata-se de um preito de esmero, de delicadeza e de inspiração em tudo quanto se relaciona com o culto divino. É interessante recordar a este propósito as palavras de Sua Santidade João Paulo II por ocasião da Convenção Nacional Italiana de Arte Sacra, efectuada em Abril de 1981:

«L'arte religiosa è un grande libro aperto, un invito a credere al fine di comprendere. Scrisse sant'Agostino: «Fides si non cogitatur nulla est» (*De praedestinatione sanctorum*, 5). La ricompensa della fede è questa luce maggiore, luce di grazia che aiuta la mente a vedere oltre il mondo sensibile. L'opera d'arte, che richiama a Dio, è un segno, un invito, uno stimolo alla ricerca.

In tante e tante opere [...] ho potuto riconoscere, con ammirazione, l'identità della fede trasmessa nelle espressioni pur così diverse dell'arte come rivelazione di una realtà interiore, che i credenti di ogni tempo hanno affidato a noi tutti, quale voce di fede e presenza del Cristo e della sua Chiesa» (2).

(1) Cont. de S. Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, de 4 de Dezembro de 1963. V. *Acta Apostolicae Sedis*, LVI, Cidade do Vaticano, 1964, pp. 130 ss. Para a versão portuguesa, cfr *Lumen XXVIII*, Lisboa, 1964, pp. 45 ss.

(2) Ref. por ANONIO MISTRORIGO, *L'Arte Sacra. Dizionario dei documenti del Concilio Vaticano II e del postconcilio*, Pádua, 1983, pp. 21-32.

Versão portuguesa:

«A arte religiosa é um grande livro aberto, um convite a crer com o fim de compreender. Escreveu Santo Agostinho: «Fides si non cogitatur nulla est» (*De praedestinatione sanctorum*, 5). A recompensa da fé é esta luz superior, luz da graça que ajuda o pensamento a perscrutar para além

Como carecterística apreciada e difícil de conseguir no templo, devemos atender à sua expressividade ambiental, apta tanto a inspirar recolhimento como a estimular a religiosidade. Constitui, efectivamente, um valor transcendental raro e que se escapa muitas vezes ao recursos artísticos, porque nele confluem, em simultâneo, inspiração e expressão, bem assim como muitos reflexos, íntimos e subtilezas, da alma criadora. Mas este fim único necessita de apoiar-se na arte e de ser construído a partir dela. O Cardeal Giuseppe Siri escreveu a tal respeito:

«Alla pietà il templo offre anzitutto l'ambiente complessivo, le più grandi e dirette sollecitazioni, il richiamo delle cose superne, il nutrimento intellettuale della catechesi e, finalmente e soprattutto, i divini strumenti della grazia nel fascinoso contorno liturgico» (3).

A consciência da prática litúrgica e a tónica da sobriedade e do funcionalismo inspiraram uma primeira campanha de depuração estética, acompanhada pela valorização de novos elementos ligados ao culto. Motivada por estes factores, a reorganização do santuário colocou em relevo os três pólos — altar, ambão e presidência — do dinamismo da liturgia, os quais se converteram automaticamente em objectivos principais de expressão artística.

JOSÉ ANTÓNIO FALCÃO

(*Continua*)

do mundo sensível. A obra de arte que se reclama de Deus é um sinal, um convite, um estímulo à indagação.

Em muitas e muitas obras pode reconhecer-se, com admiração, a identidade da fé transmitida nas expressões diversas da arte como revelação de uma realidade interior que os crentes de todos os tempos confiaram a todos nós, como voz de fé e presença de Cristo e da sua Igreja».

(3) GIUSEPPE SIRI, «La vita de pietà in una chiesa», *Orientamenti dell'Arte Sacra dopo il Vaticano II*, dir. por GIOVANNI FALLANI, Bérgamo, 1969, p. 122.

Versão portuguesa:

«O templo oferece à piedade, antes de mais, o ambiente compreensivo, as solicitações mais importantes e directas, o apelo das coisas supernas, o alimento espiritual da catequese e, final e principalmente, os divinos instrumentos da graça no fascinante contorno litúrgico».

Liturgia e Pastoral da Fé

Encontra-se nos prelos e prestes a ver a luz da publicidade o livro «**LITURGIA E PASTORAL DA FÉ**».

O conteúdo desta obra é formado pelas conferências proferidas no XI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica e representa um contributo válido para o esforço de evangelização que o nosso Episcopado inspira, orienta e coordena. As últimas pastorais colectivas ficariam sem efeito, se as consciências não fossem sensibilizadas e conquistadas para a dinâmica desta acção evangelizadora. A Liturgia ocupa nesta pastoral um lugar privilegiado e imprescindível e quem nela exerce qualquer ministério tem de assumir as suas responsabilidades.

Transcrevemos a apresentação deste livro para melhor esclarecimentos dos nossos leitores:

Ao publicar, em livro próprio, o conjunto das intervenções de fundo feitas durante o XI Encontro Nacional de Pastoral Litúrgica, que teve por temática **Liturgia e Pastoral da Fé**, pretende o Secretariado Nacional de Liturgia dar aos temas desenvolvidos uma projecção mais ampla e permitir aos mil e duzentos participantes do Encontro a possibilidade de um estudo mais aprofundado das lições ouvidas.

Além disso, a sua colaboração prestada à Pastoral da Fé, que o Episcopado Português deliberou privilegiar dentro do movimento renovador que inspira e dinamiza, a partir da Carta Pastoral de 1984, irá oferecer mais um instrumento de trabalho cuja utilidade se torna desnecessário acentuar.

Como afirma esta Carta Pastoral, «toda a liturgia assegura a melhor e mais universal das catequese», através da celebração do ano litúrgico, do domingo, dos sacramentos e dos sacramentais (n. 29).

Já antes o Papa João Paulo II, na sua exortação apostólica **Catechesi Tradendae**, de 1979, tinha escrito que «a catequese está intrinsecamente ligada a toda a acção litúrgica e sacramental, pois é nos sacramentos, sobretudo na Eucaristia, que Cristo Jesus age em plenitude na transformação dos homens», e que «toda a catequese leva necessariamente aos sacramentos da fé» (n. 23).

Mesmo quando se reflecte nos primeiros momentos do anúncio da fé, entre nós, havemos de convir que a primeira e mais comum imagem que a Igreja oferece aos descrentes é a das celebrações litúrgicas, assistidas pessoalmente por ocasião do baptismo, 1.ª comunhão, casamento e exéquias, ou vistas nos programas dominicais da televisão, ou escutadas nas frequentes transmissões da rádio.

É quase sempre a partir destes acontecimentos que os assistentes, telespectadores e radiouvintes destas celebrações recebem uma certa imagem da Igreja e tomam uma atitude de maior ou menor abertura em relação aos valores da fé que esta imagem veicula.

Dai a importância excepcional que a liturgia ocupa no nosso País, não apenas como «lugar» privilegiado de catequese, mas também de evangelização e de primeiro anúncio da fé.

Deus permita que este livro, pela seriedade dos seus estudos e pela competência dos seus autores, possa levar a uma compreensão mais perfeita do relacionamento íntimo entre a liturgia e a pastoral da fé, e a uma participação mais activa e consciente dos fiéis, tanto nas celebrações litúrgicas como na solução dos problemas que a humanidade enfrenta neste último quartel do século XX.

Relação Liturgia - Catequese na dinâmica social

Sobre este momentoso e oportuno assunto, o n.º 238 de NOTITIAE traz um estudo de Achille Maria Triacca. S. D. B., de que damos a respectiva síntese.

Na experiência vivida em Igreja, torna-se cada vez mais urgente aprofundar e clarificar a relação «Liturgia-Catequese». Testemunha-o uma série de factos que provêm da experiência e do ensino da Igreja.

Após um começo de análise destes factos, propõe-se um esquema para fazer a sua releitura. Estes factos são considerados sob o ângulo da sua finalidade. Deste modo, é possível chegar a uma conclusão «aberta» ao futuro, na qual a autonomia da Liturgia e a da Catequese supõem um «paralelismo convergente», precisamente porque são interdependentes. A Catequese é um ministério do mistério que a Liturgia celebra. Melhor ainda, a Catequese torna-se tanto mais vital quanto é capaz de apresentar a visão tipicamente unificada que está contida na história da salvação e que a Liturgia actualiza cada vez que celebra.